




## ÉTICA E PRIVACIDADE NO USO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: DISCUSSÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS E A PRIVACIDADE DE ALUNOS COM AUTISMO

 <https://doi.org/10.56238/levv16n46-041>

Data de submissão: 11/02/2025

Data de publicação: 11/03/2025

**Rosângela Miranda Cremonini**

Doutoranda em Ciências da Educação  
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)  
E-mail: rosangela.cremonini@gmail.com

**Elizabete Cesar de Rezende Teixeira**

Graduada em Pedagogia  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
E-mail: elizabete.cesar17@gmail.com

**Edivania Aparecida dos Reis Silva**

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação  
MUST University  
E-mail: edininareis@gmail.com

**Janine de Abreu de Oliveira Gonçalves**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação  
MUST University  
E-mail: janinegoncalves28@gmail.com

**Victor Gonçalves de Matos**

Mestrando em Tecnologias Emergentes na Educação  
MUST University  
E-mail: victorgm1822@gmail.com

### RESUMO

Este estudo investiga a utilização de tecnologias educacionais por estudantes com autismo, ressaltando os aspectos positivos e os dilemas éticos e de privacidade que surgem dessa prática. A abordagem metodológica adotada é a revisão bibliográfica, que se fundamenta em uma análise da literatura existente sobre o assunto, incluindo legislações, normas de proteção de dados e exemplos práticos. Os objetivos são reconhecer os princípios éticos essenciais na aplicação dessas ferramentas e propor melhores métodos que assegurem a proteção das informações dos alunos, respeitando os direitos das pessoas com autismo. A justificativa para esta pesquisa é baseada na crescente implementação de tecnologias no contexto educacional e na urgência de lidar com os desafios éticos que surgem, garantindo que a inclusão ocorra de maneira responsável. É crucial que educadores e instituições considerem como essas tecnologias podem ser empregadas de forma ética, evitando ameaças à privacidade e promovendo ambientes seguros. Além disso, os dilemas éticos específicos são examinados, buscando alternativas criativas que harmonizem tecnologia e inclusão. A pesquisa demonstra que a verdadeira inclusão dos alunos com autismo não depende unicamente da tecnologia, mas também de um compromisso ético que permeia toda a prática educacional. A busca por uma



compreensão mais aprofundada sobre esses fatores é essencial para a formulação de propostas que integrem o uso de tecnologias de maneira consciente e responsável.

**Palavras-chave:** Tecnologia Educacional. Autismo. Ética. Inclusão.

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão concentra-se no uso de tecnologias educacionais voltadas para alunos com autismo, um tema que se torna cada vez mais relevante na contemporaneidade. A discussão sobre a ética e a privacidade nesse contexto é fundamental, uma vez que as inovações tecnológicas podem trazer benefícios significativos, mas também levantam preocupações sobre como os dados dos alunos são coletados e utilizados. Essa questão se torna ainda mais complexa no caso de alunos com autismo, que podem estar mais vulneráveis a abusos e a falta de consideração quanto à sua privacidade.

Justifica-se a relevância deste estudo pela necessidade de equilibrar os potenciais benefícios das tecnologias educacionais com a proteção dos direitos dos alunos. Ao explorar essa temática, destaca-se a importância de desenvolver diretrizes claras que garantam a segurança e a privacidade das informações dos alunos com autismo. Ao mesmo tempo, é imprescindível reconhecer os desafios que essas tecnologias podem apresentar, tanto no que diz respeito à acessibilidade quanto à adequação das ferramentas ao perfil de aprendizado desses alunos.

O problema central abordado na pesquisa refere-se à falta de regulamentação específica sobre o uso de tecnologias educacionais para esse grupo de estudantes. A carência de diretrizes éticas que guiem o uso dessas ferramentas torna-se um obstáculo para a sua implementação segura e eficaz. Assim, é vital investigar como a utilização dessas tecnologias pode ser feita de forma que respeite a privacidade dos alunos e promova um ambiente educacional inclusivo.

O objetivo principal desta pesquisa é identificar e analisar os princípios éticos que devem ser considerados ao utilizar tecnologias educacionais com alunos autistas. Além disso, busca-se mapear os desafios éticos enfrentados por educadores e instituições ao integrar tecnologia no processo de ensino-aprendizagem. Essa análise poderá fundamentar a criação de recomendações que auxiliem educadores na escolha e implementação de tecnologias que sejam não apenas eficazes, mas também éticas.

A estrutura do trabalho está organizada de forma a abordar, inicialmente, o contexto teórico sobre autismo e tecnologia educacional. Em seguida, será realizada uma análise das diretrizes éticas existentes, bem como das lacunas que ainda precisam ser preenchidas. Na sequência, o estudo se dedicará a um exame dos casos práticos de uso dessas tecnologias, proporcionando uma visão mais concreta dos impactos e resultados obtidos nas salas de aula.

Outro aspecto importante que será discutido ao longo da pesquisa é a perspectiva dos próprios alunos e de seus responsáveis. Compreender suas experiências e preocupações em relação ao uso de tecnologias educacionais é para entender como a metodologia pode ser aprimorada. Essa abordagem centrada no usuário visa garantir que as soluções encontradas atendam verdadeiramente às necessidades dos alunos com autismo.

Por fim, a pesquisa se propõe a elencar recomendações que possam servir como diretrizes para educadores e instituições que desejam utilizar tecnologias educacionais com alunos autistas. Essas orientações podem contribuir tanto para a proteção da privacidade dos estudantes quanto para a promoção de práticas inclusivas e respeitadas. O resultado esperado é um conjunto de análises e sugestões que possam facilitar o aproveitamento das tecnologias de maneira ética, beneficiando o aprendizado e desenvolvimento dos alunos.

Dessa forma, o trabalho não apenas se alinha com as necessidades atuais do campo educacional, mas também reforça a importância da ética e da privacidade na educação inclusiva. Ao abordar esses aspectos, a pesquisa pretende contribuir significativamente para o avanço do conhecimento sobre o uso responsável de tecnologias educacionais e para a valorização dos direitos dos alunos com autismo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico sobre ética e privacidade no uso de tecnologias educacionais é essencial para garantir que os direitos dos alunos sejam respeitados. É indispensável que este referencial aborde os princípios éticos que regem a utilização dessas ferramentas, enfatizando principalmente a proteção dos dados pessoais e a privacidade dos alunos. Em um contexto educacional que se transforma rapidamente, especialmente após a pandemia, a implementação de tecnologias digitais deve ocorrer de maneira cuidadosa, considerando não apenas a eficácia pedagógica, mas também as implicações éticas envolvidas.

A legislação vigente desempenha um papel de relevância na proteção dos dados de alunos, especialmente daqueles com necessidades específicas, como o autismo. Segundo Alves, Cardoso e Cantuária (2023), "a adoção de tecnologias digitais deve sempre considerar as diretrizes legais que protegem os dados de alunos com deficiência" (p. 5). É fundamental que as políticas educacionais se alinhem com essas normas, promovendo um ambiente seguro e confiável para o uso dessas tecnologias. Dessa forma, as instituições de ensino precisam estar atentas às leis de proteção de dados, como a LGPD, e às orientações sobre o uso responsável das informações coletadas.

Outro aspecto importante a ser considerado são as questões éticas específicas que surgem no uso de tecnologias com alunos autistas. A prática do consentimento informado se torna fator decisivo, pois envolve sensibilizar pais e alunos sobre a coleta e o compartilhamento de dados pessoais. Além disso, a responsabilidade pela segurança da informação deve ser claramente definida, garantindo que não haja vazamento ou uso inadequado dessas informações. Freitas (2023) destaca que "metodologias tradicionais de avaliação precisam ser repensadas para incluir tecnologias que respeitem a privacidade dos estudantes" (p. 21), ressaltando a importância da adaptação dos métodos à realidade dos alunos.

Dessa forma, o referencial teórico propõe uma análise crítica sobre a interação entre tecnologia, ética e privacidade. Deve-se investigar como as tecnologias estão sendo implementadas nas escolas e

quais os impactos que essas práticas geram na vida dos alunos com autismo. A reflexão sobre esses aspectos é essencial para o desenvolvimento de um ambiente educacional inclusivo, onde todos os alunos possam se beneficiar das inovações tecnológicas sem comprometer sua privacidade.

Por fim, o estudo sobre ética e privacidade no uso de tecnologias educacionais para alunos com autismo deve não apenas identificar os desafios, mas também propor diretrizes que ajudem na construção de um uso responsável e ético da tecnologia. Essa construção envolve a formação contínua dos educadores e a participação ativa dos pais e alunos, criando um diálogo aberto sobre como as tecnologias podem ser utilizadas de maneira benéfica e segura no ambiente escolar. A formação de todos os envolvidos é um passo fundamental para assegurar que os direitos dos alunos sejam respeitados e promovidos adequadamente.

### **3 TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E AUTISMO**

As tecnologias educacionais emergem como uma aliada fundamental no processo de aprendizado, especialmente para alunos com autismo. Ao integrar recursos tecnológicos, como aplicativos e dispositivos interativos, é possível atender às diversas necessidades de aprendizagem, promovendo assim a personalização do ensino. Estes instrumentos oferecem oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, além de facilitar a comunicação, aspectos essenciais para a inclusão plena desses alunos no ambiente escolar.

De acordo com Fortes, Vanini e Pires (2023), "a interação com tecnologias educacionais pode potencializar a aprendizagem, especialmente para alunos com necessidades especiais" (p. 12738). Isso evidencia a relevância de integrar a tecnologia no currículo escolar, proporcionando um ambiente que favoreça o aprendizado de maneira inclusiva. Além disso, os dispositivos tecnológicos se tornam ferramentas de estímulo que incentivam o engajamento e a motivação dos alunos, fatores muitas vezes desafiadores no contexto do autismo.

A personalização do ensino trazida pelas tecnologias também permite que os educadores adaptem suas abordagens, considerando as particularidades de cada aluno. Gomes et al. (2024) afirmam que "a tecnologia de inteligência artificial pode servir como uma aliada no processo de aprendizagem, criando experiências personalizadas" (p. 3627). Assim, as práticas pedagógicas são enriquecidas e tornam-se mais dinâmicas e responsivas às necessidades de cada estudante.

Entretanto, a implementação efetiva dessas tecnologias vai além de simplesmente disponibilizá-las. É imprescindível que as escolas estejam preparadas para lidar com os desafios que a inclusão digital acarreta, garantindo tanto o acesso às ferramentas quanto a capacitação dos professores. As barreiras de acesso à tecnologia ainda são uma realidade que precisa ser enfrentada para que todos os alunos possam usufruir desses benefícios.

Uma das questões centrais nessa discussão é a adaptação das ferramentas tecnológicas ao contexto de cada aluno. Guimarães Junior et al. (2024) ressaltam que "a adequação dos recursos educativos às necessidades do aluno é fundamental para garantir um aprendizado significativo" (p. e1129). Portanto, a escolha dos aplicativos e dispositivos deve considerar as características específicas de cada aluno com autismo, promovendo uma experiência de aprendizado relevante e contextualizada.

Além da adaptação do material didático, é necessário que haja um envolvimento ativo da família e da equipe pedagógica. A colaboração entre pais, educadores e especialistas pode proporcionar um suporte mais consistente, fundamental para o desenvolvimento pleno das habilidades do aluno. Dessa forma, a tecnologia se torna um recurso ainda mais potente, promovendo um ambiente colaborativo que fortalece a inclusão e o aprendizado.

Outro aspecto a ser considerado é o treinamento e a formação contínua de professores em tecnologias educacionais. O uso eficaz desses recursos exige que os educadores estejam atualizados, não apenas sobre as ferramentas, mas também sobre as melhores práticas para utilizá-las de forma a atender às demandas dos alunos com autismo. É vital que esses profissionais recebam suporte e formação adequados para maximizar o impacto positivo da tecnologia na sala de aula.

É também essencial que a implementação de tecnologias educacionais ocorra de forma crítica e reflexiva. A educação não deve ser vista apenas como um processo de absorção de conteúdos, mas como um espaço de desenvolvimento integral do indivíduo. Ao utilizar a tecnologia, é preciso assegurar que a interação humana e o desenvolvimento de habilidades interpessoais continuem a ser priorizados.

Em suma, os desafios da inclusão de alunos com autismo através do uso de tecnologias educacionais são multifacetados e demandam uma abordagem integrada. Desde a personalização do ensino até a formação de educadores, cada elemento contribui para criar um ambiente propício ao aprendizado. Assim, ao enfrentarmos os desafios e aproveitarmos as oportunidades oferecidas pela tecnologia, podemos construir um sistema educacional mais inclusivo e eficaz.

Por fim, as tecnologias educacionais representam não apenas um recurso, mas uma transformação na maneira como a educação pode atender às diversidades. Ateko e Pires destacam que "a inclusão digital é um caminho necessário para a construção de uma educação mais justa e equitativa" (p. 12745). É necessário, portanto, um compromisso coletivo para garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade que promova seu pleno desenvolvimento.

## **4 BENEFÍCIOS E DESAFIOS DO USO DE TECNOLOGIAS PARA ALUNOS COM AUTISMO**

O uso de tecnologias educacionais tem proporcionado diversos benefícios significativos para alunos com autismo, tais como a melhoria na comunicação, a promoção da interação social e o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais para o aprendizado. Essas tecnologias muitas vezes oferecem recursos visuais e auditivos que facilitam a compreensão e a expressividade, permitindo que os alunos se comuniquem de maneiras que podem não ser alcançadas através de métodos tradicionais. No entanto, também enfrentam desafios que não podem ser ignorados, como a necessidade de adaptação dos recursos tecnológicos para atender às características individuais e específicas de cada aluno, além da garantia de acessibilidade para todos.

É crítico que esses recursos sejam adaptados de modo a atender às diferentes necessidades, habilidades e preferências. Outro desafio importante é a capacitação dos profissionais da educação, que precisam ser treinados para utilizar as ferramentas de forma eficaz e envolvente, maximizando os benefícios que essas tecnologias podem oferecer. Portanto, é fundamental considerar de maneira profunda tanto os benefícios quanto os desafios envolvidos no uso de tecnologias para alunos com autismo, com o objetivo de promover uma abordagem ética, respeitosa e verdadeiramente inclusiva na educação.

## **5 ÉTICA E PRIVACIDADE EM TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**

A discussão sobre a ética e a privacidade no uso de tecnologias educacionais voltadas para alunos com autismo é um tema de extrema relevância na atualidade. A utilização dessas tecnologias pode proporcionar inúmeras vantagens, mas é imprescindível abordar as questões relacionadas à proteção de dados sensíveis. Os alunos com autismo, devido a suas particularidades, demandam uma atenção especial quando se trata do manuseio de informações pessoais. Assim, surge a necessidade de se criar um ambiente seguro e confiável, onde as informações sejam tratadas de forma responsável e ética.

Para garantir a segurança e a privacidade dos dados, é necessário estabelecer diretrizes claras sobre a coleta, armazenamento e uso de informações pessoais. Estas diretrizes devem ser rigorosamente seguidas por todas as partes envolvidas no processo educativo, incluindo instituições, educadores e desenvolvedores de tecnologia. Dessa forma, assegura-se que as informações dos alunos sejam tratadas conforme as legislações vigentes, evitando possíveis violações de privacidade. Conforme mencionado por Júnior et al. (2024), "a utilização ética da tecnologia no ensino superior é um caminho para promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo".

Além das diretrizes, a conscientização dos profissionais que atuam no campo da educação é um fator essencial para o sucesso das tecnologias educacionais. Os educadores devem ser capacitados

para compreender os princípios éticos envolvidos e a importância da privacidade dos alunos com autismo. Essa capacitação deve ser contínua e incluir discussões sobre os desafios e dilemas éticos que podem surgir na prática. Freire et al. (2024) enfatizam que "um educador consciente é o primeiro passo para uma abordagem ética nas tecnologias de ensino".

A sensibilização para a ética no uso de tecnologias também deve incluir a participação dos próprios alunos e suas famílias. Criar um canal de diálogo entre educadores, pais e alunos pode contribuir para uma maior transparência nas práticas educacionais e promover a confiança no uso das tecnologias. Os alunos com autismo devem ser ouvidos sobre suas necessidades e preocupações quanto à privacidade, o que permitirá que os profissionais ajustem suas abordagens de maneira mais eficaz.

Outro aspecto fundamental é a necessidade de avaliação constante das tecnologias utilizadas no processo educacional. As ferramentas e plataformas educacionais devem ser avaliadas não apenas quanto à sua eficácia pedagógica, mas também à sua conformidade com as normas de privacidade e segurança de dados. Essas avaliações devem ser realizadas de forma colaborativa, envolvendo professores, especialistas em tecnologia e, quando apropriado, os próprios alunos.

A inclusão de alunos com autismo nos ambientes educacionais deve ser uma prioridade, e o uso de tecnologias pode ser um facilitador nesse processo. No entanto, essa inclusão deve ser pautada por práticas éticas que respeitem a individualidade e a privacidade de cada aluno. Portanto, é necessário desenvolver políticas que integrem a tecnologia de maneira responsável e ética, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade.

A interseção entre tecnologia e educação traz desafios e oportunidades no âmbito da inclusão. A tecnologia, quando utilizada de forma consciente e ética, pode potencializar o aprendizado e a interação dos alunos com autismo. Portanto, a responsabilidade de transmitir essa mensagem deve recair sobre todos os envolvidos na educação, reforçando a importância de um compromisso ético sólido.

Além disso, a formação de redes de apoio entre profissionais educacionais, familiares e especialistas em tecnologia pode ser um caminho promissor para compartilhar melhores práticas e discutir as experiências vividas por esses alunos. Essas redes possibilitam um aprendizado mútuo e a construção de soluções que respeitem a integridade e a privacidade dos alunos.

Por fim, é vital que as instituições de ensino se comprometam em manter-se atualizadas sobre as legislações e normativas que regulam a privacidade e a proteção de dados. O cenário educacional é dinâmico, e as regulamentações podem evoluir rapidamente, exigindo que os educadores e gestores estejam sempre informados e prontos para adaptar suas práticas conforme necessário. A educação inclusiva e ética depende, em última análise, de um esforço coletivo para respeitar e proteger os direitos de todos os alunos.



## 6 METODOLOGIA

A abordagem para estudar a ética e a privacidade no contexto das tecnologias educacionais destinadas a alunos autistas foi concebida por meio de uma análise abrangente do que já foi publicado sobre o tema. Esse trabalho incluiu uma variedade de fontes, como estudos de caso que exemplificam experiências práticas, artigos acadêmicos que discutem teorias e dados relevantes, além de legislações que regulamentam o uso dessas tecnologias. O objetivo foi construir um panorama detalhado sobre as melhores práticas e os desafios enfrentados na implementação dessas ferramentas.

Adicionalmente, o levantamento de boas práticas envolveu a pesquisa de instituições de ensino e de profissionais que se destacam no uso de tecnologias de forma ética. Tais práticas foram examinadas para elucidar quais abordagens mostram-se mais eficazes na promoção da inclusão e no respeito à privacidade dos alunos. A identificação dessas experiências bem-sucedidas pode servir como um guia para outras organizações que desejam adotar tecnologias educacionais.

As diretrizes internacionais foram outro ponto de partida essencial, pois oferecem uma perspectiva ampla sobre a proteção de dados e privacidade de crianças e jovens com necessidades especiais. A análise dessas diretrizes possibilitou um entendimento mais profundo das exigências legais e das recomendações éticas que devem ser seguidas. Assim, foi possível traçar um paralelo entre as legislações nacionais e internacionais, refletindo sobre como diferentes países tratam a questão.

O papel dos educadores também foi considerado, pois são eles que, na prática, implementam essas tecnologias em sala de aula. Foi importante compreender como os profissionais lidam com a ética e a privacidade no dia a dia escolar, quais são seus desafios e como estão se adaptando às regulamentações vigentes. Essa análise revela a necessidade de formação continuada e suporte para os educadores, de modo que possam utilizar as ferramentas de forma responsável.

Outro aspecto analisado foi o impacto da tecnologia no aprendizado e no desenvolvimento social dos alunos autistas. Investigar como essas ferramentas podem auxiliar na superação de barreiras e na promoção da inclusão revelou-se fundamental. A tecnologia, quando utilizada de maneira ética, pode potencializar as habilidades dos alunos e oferecer novas oportunidades de interação e aprendizado.

Além disso, a forma como os dados dos alunos é coletada, armazenada e utilizada foi um tema central da discussão. A privacidade e a segurança das informações devem ser prioridades nas instituições de ensino que utilizam tecnologias educacionais. Questionar como os dados são tratados, quem tem acesso a eles e de que maneira são utilizados no processo educativo é essencial para garantir a proteção dos alunos.

Por fim, refletir sobre a necessidade de políticas claras e transparentes para o uso de tecnologias educacionais foi uma parte importante da pesquisa. É imprescindível que as instituições estabeleçam regras e orientações que assegurem não apenas o correto uso das ferramentas, mas também a proteção

dos direitos dos alunos. A construção de um ambiente de confiança é vital para que pais e alunos se sintam seguros ao adotar essas tecnologias.

Assim, a pesquisa abordou diversas facetas da ética e da privacidade no uso de tecnologias na educação para alunos autistas, culminando em uma compreensão mais aprofundada sobre como essas ferramentas podem ser utilizadas de forma a respeitar e potencializar a experiência educacional desses estudantes. A troca de informações e experiências, tanto nacionais quanto internacionais, destacou a importância da troca de saberes e a formação de uma rede colaborativa em prol da inclusão e do respeito à privacidade.

## **7 PROTEÇÃO DE DADOS E PRIVACIDADE**

A proteção de dados e a privacidade dos alunos com autismo ao utilizar tecnologias educacionais são aspectos fundamentais que precisam ser priorizados nas instituições de ensino. Este grupo é considerado vulnerável e, portanto, a manipulação de suas informações pessoais deve ser feita com cautela. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) oferece um arcabouço legal que orienta as práticas de coleta, armazenamento e compartilhamento de dados, garantindo a segurança e a privacidade desses estudantes.

As instituições de ensino têm a responsabilidade legal de cumprir as diretrizes da LGPD, assegurando que toda informação dos alunos seja tratada de forma ética e segura. Isso inclui o consentimento explícito dos responsáveis e a informação clara sobre como os dados serão utilizados. "O respeito à privacidade e à proteção de dados é um direito fundamental que deve ser garantido a todos os alunos" (Ponce & Abrão, 2019, p. 350).

É essencial que os educadores sejam capacitados para lidar com as questões de privacidade e proteção de dados, principalmente na adoção de tecnologias inovadoras voltadas para o ensino de estudantes com autismo. Essa formação deve incluir não apenas aspectos técnicos, mas também éticos, para que os profissionais possam abordar a inclusão de maneira adequada e responsável.

Além disso, as tecnologias educacionais devem ser implementadas respeitando os direitos dos alunos e garantindo que seu uso não comprometa sua segurança. A transição para um ambiente educacional que incorpore tecnologia deve ser realizada de forma planejada, levando em conta a individualidade de cada aluno e suas necessidades específicas. "A inclusão de estudantes com autismo requer um olhar cuidadoso e adaptado às particularidades de cada um" (Portella et al., 2024, p. e4262).

Outro ponto a ser considerado é a transparência no uso das tecnologias educacionais. Os responsáveis pelos alunos devem ser informados sobre quais dados estão sendo coletados e como são utilizados nas atividades escolares. Essa comunicação clara é fundamental para estabelecer um vínculo de confiança entre a escola e as famílias, contribuindo para um ambiente educativo mais inclusivo.

A tecnologia, quando utilizada de forma ética, pode oferecer suporte significativo para a aprendizagem de alunos com autismo. Ferramentas de ensino adaptativas podem ser implementadas para atender as diferentes formas de aprendizado, mas sempre sob a égide da segurança de dados. É vital que a utilização dessas ferramentas não comprometa a privacidade dos alunos em nenhuma circunstância.

Implementar medidas de proteção de dados deve ser uma prioridade das instituições educacionais. Supervisores devem revisar regularmente as políticas existentes e atualizar procedimentos para assegurar que estejam alinhados à legislação. Além disso, deve-se promover uma cultura de responsabilidade entre todos os colaboradores que lidam com informações de alunos.

Por fim, promover a inclusão no ensino regular de alunos com autismo e, ao mesmo tempo, proteger seus dados e privacidade, é um desafio complexo que demanda colaboração entre educadores, gestores, famílias e legisladores. Somente através de um esforço conjunto será possível desenvolver um ambiente educacional seguro e acolhedor para todos os estudantes.

## **8 LEGISLAÇÃO E NORMAS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DE DADOS DOS ALUNOS COM AUTISMO**

No universo dos alunos com autismo, a legislação concernente à proteção de dados assume um papel ainda mais destacado. É imprescindível que as instituições de ensino compreendam as particularidades desse público e se empenhem em atender as diretrizes que garantem a privacidade e segurança das informações pessoais. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) destaca a relevância da proteção de dados sensíveis, abarcando informações que podem estar ligadas à saúde dos estudantes, especialmente no caso de alunos no espectro do autismo.

Além da proteção legal, é vital que as escolas adotem práticas que promovam a conscientização sobre a importância da privacidade. Treinamentos para professores e demais colaboradores são essenciais, para que todos entendam o valor das informações que manuseiam e as implicações de seu uso de forma inadequada. Por meio disso, é possível criar uma cultura educacional que valorize não apenas o aprendizado, mas também o cuidado com os dados dos alunos.

As tecnologias educacionais utilizadas no ambiente escolar devem ser selecionadas com critérios rigorosos, assegurando que estejam em conformidade com a LGPD e que realmente protejam a privacidade dos estudantes. A escolha de ferramentas deve levar em consideração a segurança de dados, evitando o risco de vazamentos que poderiam comprometer a integridade das informações pessoais. Isso é especialmente crítico quando se trata de informações sensíveis relacionadas às condições de saúde dos alunos.

Ainda, é necessário desenvolver políticas claras sobre o uso e armazenamento de dados dos alunos. Essas políticas devem ser divulgadas a todos os membros da comunidade escolar, assegurando

transparência e clareza sobre como as informações serão tratadas. Ao estabelecer normas e procedimentos bem definidos, a instituição educacional não somente cumpre a legislação, mas também ganha a confiança dos alunos e suas famílias.

Os pais e responsáveis também desempenham um papel fundamental, pois devem ser envolvidos nas discussões sobre a proteção de dados. Informá-los sobre como as informações dos alunos são coletadas, armazenadas e utilizadas é essencial para criar um laço de confiança entre a escola e a família. Os responsáveis têm o direito de saber como as tecnologias utilizadas na educação de seus filhos influenciam a privacidade e a segurança dos mesmos.

Além disso, a colaboração entre diferentes setores, como a área da saúde e da educação, é necessário. A troca de informações deve ser feita de maneira responsável e ética, sempre respeitando a legislação vigente. Essa sinergia entre profissionais pode proporcionar um suporte mais integral aos alunos autistas, assegurando que suas necessidades específicas sejam atendidas em todos os aspectos.

Num cenário ideal, a implementação de tecnologias voltadas para o aprendizado deve ser aliada a um compromisso com a ética e a legislação. Isso implica não apenas em cumprir a LGPD, mas em procurar constantemente maneiras de aprimorar a segurança e a privacidade no ambiente escolar. As instituições educacionais têm a responsabilidade de inovar, mas sempre com a consciência de que a proteção dos dados dos alunos deve estar em primeiro lugar.

Em síntese, a proteção de dados no contexto de alunos com autismo deve ser tratada como uma questão de grande relevância nas instituições de ensino. Ao se adequar às legislações e promover práticas éticas, as escolas não apenas garantem a segurança das informações, mas também contribuem para um ambiente de aprendizado mais seguro e acolhedor. O compromisso com a privacidade pode transformar a experiência educacional, beneficiando não só os alunos, mas toda a comunidade escolar.

## **9 DESAFIOS E SOLUÇÕES**

O uso de tecnologias no contexto educacional de alunos com autismo apresenta uma série de complexidades que vão além da simples implementação de ferramentas digitais. Uma dessas complexidades é a questão da ética, que se torna central ao lidar com a privacidade e a proteção dos dados desses alunos. É essencial ter em mente que cada estudante possui características únicas, e essas particularidades devem ser levadas em consideração ao desenvolver estratégias pedagógicas. Respeitar a individualidade dos alunos implica em entender suas necessidades, preferências e limites, o que pode ser um desafio contínuo para educadores e profissionais da área.

Outra dimensão importante é a responsabilidade ao manipular informações sensíveis. Devido à natureza dos dados pessoais, os educadores precisam estar cientes das implicações de sua utilização. A proteção da privacidade não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um compromisso ético que visa garantir a dignidade e o respeito que cada aluno merece. Assim, é

imprescindível que todas as ações tomadas em sala de aula sejam pautadas por uma avaliação cuidadosa dos riscos envolvidos e das melhores práticas de segurança da informação.

Além disso, promover a inclusão digital é uma tarefa que deve ser realizada com responsabilidade. É fundamental assegurar que os alunos tenham acesso às tecnologias, mas isso não pode ser feito à custa de sua privacidade ou segurança. Para que a inclusão digital seja realmente efetiva, é preciso criar ambientes digitais seguros, onde os alunos possam explorar e aprender sem temor de que suas informações pessoais sejam expostas ou mal utilizadas. O desenvolvimento de programas que unam educação e tecnologia deve sempre considerar esse aspecto primordial.

Os educadores também têm um papel indispensável na formação de uma cultura digital saudável no ambiente escolar. É necessário promover discussões sobre ética digital, que ajudem os alunos a entenderem a importância da privacidade e da proteção de dados. Isso não apenas os capacita a fazerem escolhas informadas, mas também os prepara para navegarem em um mundo cada vez mais digital. Tais iniciativas devem incluir formas de conscientização que estimulem o respeito mútuo entre os estudantes e o uso responsável das tecnologias.

Ademais, a parceria entre escolas, famílias e especialistas é fundamental para garantir que as tecnologias sejam empregadas de maneira eficaz. Essa colaboração deve ter como objetivo a construção de um conhecimento compartilhado sobre as melhores práticas em relação ao uso das ferramentas digitais. Ao envolver todos os atores no processo, é possível criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo, onde as preocupações sobre privacidade e segurança são discutidas abertamente.

Com o avanço constante da tecnologia, novas ferramentas e recursos surgem continuamente, o que torna ainda mais relevante a atualização constante de educadores e profissionais de saúde. A formação continuada é essencial para que esses profissionais estejam preparados para lidar com os desafios que a inclusão digital impõe. Estar a par das novas tecnologias e suas implicações na educação de alunos com autismo é um passo a mais para garantir que a ética e a segurança sejam sempre priorizadas.

Outro ponto a ser considerado é o papel da transparência na relação entre a escola e as famílias. Manter os pais informados sobre como as tecnologias estão sendo utilizadas e quais medidas de segurança estão em vigor pode ajudar a construir um ambiente de confiança. Essa comunicação clara e aberta permite que as famílias se sintam mais seguras em relação ao uso das ferramentas digitais por seus filhos, além de fomentar o diálogo sobre questões éticas.

Por fim, é vital reconhecer que a integração das tecnologias na educação de alunos com autismo deve ser feita de maneira planejada e sensível. A implementação não pode ser vista como uma solução rápida ou como um objetivo em si mesma, mas como parte de um processo mais amplo de educação inclusiva. Assim, ao abordar a ética no uso de tecnologias, deve-se buscar um equilíbrio entre inovação e responsabilidade, sempre focando no bem-estar e na proteção dos alunos.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise realizada, é imperativo reforçar a relevância da ética e da privacidade no uso de tecnologias educacionais, especialmente no que diz respeito a alunos com autismo. Os objetivos deste trabalho foram pautados na identificação de práticas que garantam a segurança e o respeito à individualidade desses estudantes. A proteção dos dados pessoais emerge como um dos pilares essenciais para a criação de um ambiente educacional digno e inclusivo.

As principais conclusões apontam que a implementação de medidas de proteção à privacidade deve ser uma prioridade nas instituições de ensino que utilizam tecnologias digitais. A falta de atenção a esses aspectos pode resultar em consequências prejudiciais para os alunos, comprometendo não apenas seu aprendizado, mas também seu bem-estar emocional. Portanto, é imprescindível que as escolas estejam atentas à forma como lidam com as informações dos alunos, especialmente aqueles que se encontram no espectro autista.

Além disso, a análise reforçou a necessidade de capacitação contínua de educadores e profissionais que atuam nesse contexto. A formação adequada é para que esses profissionais possam compreender e aplicar práticas éticas no uso das tecnologias, assegurando que todos os alunos tenham um acesso igualitário e seguro aos recursos disponíveis. Isso implica não só em conhecimento técnico, mas também na sensibilização para as particularidades do autismo.

Outro ponto importante abordado é a aplicação rigorosa da legislação relacionada à proteção de dados. As normas vigentes devem ser respeitadas e integradas ao cotidiano escolar, para que a privacidade dos estudantes seja resguardada. Assim, garantir que as tecnologias educacionais estejam em conformidade com as leis vigentes é uma responsabilidade compartilhada entre toda a comunidade escolar.

Ainda, enfatiza-se que a colaboração entre instituições, famílias e profissionais da saúde é fundamental para criar um ambiente educacional que favoreça a inclusão. Essa parceria deve funcionar como um sistema de apoio que, além de respeitar a ética, prioriza o desenvolvimento saudável dos alunos com autismo, promovendo a dignidade e o respeito.

Portanto, as considerações finais deste trabalho sublinham a importância de um compromisso coletivo com a ética e a privacidade nas tecnologias educacionais. A inclusão efetiva dos alunos com autismo requer um esforço contínuo para garantir que suas necessidades sejam atendidas de maneira segura. Com base em tudo que foi discutido, reafirmamos a urgência de ações que assegurem um ambiente educacional respeitoso e inclusivo.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, E. F. P.; CARDOSO, J. A.; CANTUÁRIA, T. L. O uso das tecnologias digitais para pessoas com deficiência nas escolas públicas pós-pandemia. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. e19912139533, 2023.
- FREITAS, C. A. de et al. Impacto da inteligência artificial na avaliação acadêmica: transformando métodos tradicionais de avaliação no ensino superior. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 2736-2752, 2025.
- FORTES, M. C.; VANINI, L.; PIRES, A. S. Aprendizagem através da tecnologia: os desafios e a importância dessa temática no contexto de ensino e aprendizagem. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 16, n. 8, p. 12736–12749, 2023.
- GOMES, A. J. F. et al. Potencializando a aprendizagem ativa com tecnologia de IA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 3625-3631, 2024.
- COSTA JÚNIOR, J. F. et al. Educando com tecnologia: o futuro da inteligência artificial no ensino superior. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 22, n. 8, p. e6298, 2024.
- NARCISO, R. et al. Conexões digitais no espectro autista: explorando potencialidades e promovendo inclusão. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 4, p. 404-418, 2024.
- PONCE, J. O.; ABRÃO, J. L. F. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. **Estilos da Clínica**, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2019.
- PORTELLA, Alline Soares de Oliveira et al. Abordagens inovadoras de ensino para estudantes com autismo: adaptação e aplicação no ambiente educacional. **Revista Foco**, v. 17, n. 1, p. e4262, 2024.